

A INDISCIPLINA ESCOLAR ENQUANTO DESAFIO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR: UMA REALIDADE POSTA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

SILVA, Margarete Virgínia Gonçalves – UTFPR
margaretevg@gmail.com

FERREIRA, Jacques de Lima - PUC
drjacqueslima@hotmail.com

GALERA, Joscely Maria Bassetto - UTFPR
joscely@utfpr.edu.br

Área Temática: Violência e convivência nas escolas: Formação de Professores
Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Resumo

Este relato foi elaborado a partir de pesquisa-ação realizada com 44 professores da rede pública estadual de ensino e objetiva apontar algumas causas da indisciplina na escola, na opinião dos professores entrevistados. Os resultados preliminares demonstram que os professores atribuem às causas externas à escola o comportamento dos alunos, isentando-se da responsabilidade como educador na resolução destes conflitos. O estudo pretende analisar as teorias sobre a indisciplina escolar e o papel do professor na resolução dos conflitos no espaço escolar e relacionar a indisciplina com o declínio das instituições e autoridades tradicionais e às novas influências trazidas pela indústria cultural e de consumo. Além disso, destaca a importância de se conhecer os princípios da disciplina e indisciplina escolar e as implicações dos conflitos na aprendizagem. Enfatiza a importância da definição de regras claras para a convivência dentro do espaço escolar e como a escola tem a função primordial de formar o aluno-cidadão, autônomo e crítico. Em seguida, destaca o papel do professor nesse processo como agente articulador e a necessidade de repensar a sua prática enquanto mediador do conhecimento haja vista que a sua formação acadêmica não o preparou para o gerenciamento dos conflitos e a necessidade de manter-se em constante formação. Por fim, enfatiza a formação do professor reflexivo e a profissionalização do ofício do professor os quais auxiliará na formação do aluno-cidadão, consciente do seu papel transformador na sociedade atual. Deste modo, o profissional professor será aquele que deverá assumir a responsabilidade e a autonomia para o exercício do seu ofício, com todos os riscos e limitações impostas pelo trabalho.

Palavras-chave: Indisciplina; Cidadania; Profissionalização; Prática Reflexiva.

Introdução

É inegável a importância da educação. Pesquisas apontam que quanto maior o número de anos na escola, maior é a remuneração recebida por essa pessoa. Por outro lado, indicadores, como SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica (2001) e PISA – Programa Internacional de Alunos (2000), apontam o grau do fracasso das crianças brasileiras mostrando que a escola brasileira apresenta sérios problemas.

Dentre os vários problemas que interferem na qualidade da educação destacamos a indisciplina, podendo iniciar de modo não-físico, num xingamento, podendo chegar à forma física, como socos e empurrões, dentro do espaço escolar. E estes confrontos não ficam restritos aos alunos, mas atingem todos os participantes da comunidade escolar: professores e funcionários (MARRIEL et al., 2006).

Seja na mídia impressa ou eletrônica, é possível observar que a violência dentro da escola é um fenômeno mundial.

Por vezes, o professor gerencia conflitos dentro da sala de aula ocasionando desgaste emocional e a perda de tempo que deveria ser utilizado no auxílio aos alunos para produção do conhecimento.

Pesquisa realizada por Ristum e Bastos (2004) apontam algumas causas para episódios de violência no espaço escolar. Tais causas foram relacionadas a partir de entrevistas realizadas com professoras do ensino fundamental.

Observa-se que as situações classificadas como violência neste estudo (agressão física e verbal), para Aquino (1998) são entendidas como indisciplina.

Para Aquino (1998), indisciplina e baixo aproveitamento dos alunos representa dois dos grandes males da escola contemporânea, geradores do fracasso escolar e os principais obstáculos para o trabalho docente.

A indisciplina no espaço escolar: teorias

No espaço escolar, muito se fala sobre a falta de limites de alunos, crescendo as queixas a respeito da ingovernabilidade das novas gerações, associando-a ao declínio das instituições e autoridades tradicionais e às novas influências trazidas pela indústria cultural e de consumo (RATTO, 2007).

A disciplina e a indisciplina são produtos sociais e escolares e não devem ser consideradas boas ou más, pois isso depende do contexto e da lógica em que estão inseridas. Mas, no mundo escolar algum tipo de disciplina é necessário e bem vindo, resta definir qual (RATTO, 2007).

Segundo o Aurélio “disciplina é o regime de ordem imposta ou livremente consentida; ordem que convém ao funcionamento regular duma organização (militar, escolar, etc.); relações de subordinação do aluno ao mestre ou ao instrutor”.

Para La Taille (1996, p. 10) “se enterdermos por disciplina comportamentos regidos por um conjunto de normas, a indisciplina poderá se traduzir de duas formas: 1) a revolta contra estas normas; 2) o desconhecimento delas”.

É neste momento que a comunidade escolar deve interferir e procurar saber o que acontece neste ambiente. A revolta pura e simples não se mantém se houverem regras claras de convivência.

Antunes (2002) ressalta que é preciso ter cuidado com uma sala silenciosa: falar, conversar e debater pode representar um excelente instrumento pedagógico. Mas, há momentos em que o silêncio e a concentração são necessários para que os conteúdos expostos sejam compreendidos.

Para Novais (2004), a autoridade terá função vital na questão disciplinar, quando houver uma interação entre os indivíduos na sala e estes possam construir um conceito de disciplina que não seja imposto por leis arbitrárias, mas construído por meio da negociação de regras claras e justas. Este conceito levará os alunos a desenvolverem autonomia e percepção crítica da realidade.

Uma participação ativa na sociedade pressupõe uma conscientização dos educandos quanto aos seus deveres na sociedade. Assim, a educação também tem o objetivo de desenvolver no indivíduo o interesse na vida coletiva para assumir o compromisso de buscar ações que favoreçam o desenvolvimento da capacidade crítica de julgamento.

Arroyo (apud SCHNETZLER, 2003) define que educação para cidadania é o cultivo do senso no valor moral em cada indivíduo, na criança e nos jovens. Nesta educação comprometida com o cidadão os direitos e deveres de todos são iguais, independentes da posição social ocupada.

Na sociedade moderna, a competição tornou-se valor comum, desenvolvendo uma visão social eminentemente individualista. Nessa visão, cada um se fecha em seu pequeno mundo e só se interessa por aquilo que lhe diz diretamente (FERREIRA apud SCHNETZLER, 2003, p. 37).

Diante desta afirmação, concomitante à educação para a cidadania faz-se necessária a educação moral. Tal educação é o processo de auxílio que leva o aluno ao discernimento e a reflexão dos valores que lhe são significativos e são assumidos por ele. Assim, a partir das experiências dos alunos ocorrerá a construção do seu quadro de valores.

O Estatuto da Criança e do Adolescente tratou, em capítulo específico, do direito à educação estabelecendo seus objetivos, os direitos dos educandos, as obrigações do Estado, dos pais e dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino (ECA, Capítulo IV - artigos. 53/ 59). No artigo 2º da Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabeleceu que a educação visa o preparo para o exercício da cidadania.

Segundo La Taille (1996) cabe a escola a preparação para o exercício da cidadania. E para ser cidadão é necessário conhecimento, memória, respeito pelo espaço público, normas de relações interpessoais e diálogo aberto entre olhares éticos.

A indisciplina escolar apresenta-se como o descumprimento das normas fixadas pela escola e demais legislações aplicadas. O processo de aprendizagem necessita da disciplina para que ocorra de forma tranqüila e eficaz. A disciplina em sala de aula pode equivaler a atitudes tolerantes e de aceitação do outro. .

As diversas manifestações da indisciplina são o desafio para os educadores em sala de aula e na escola, tanto na pública como na particular. (VASCONCELLOS, 1997).

Ainda, segundo Vasconcellos:

Sem autoridade não se faz educação; o aluno precisa dela, seja para se orientar, seja para poder opor-se (o conflito com a autoridade é normal, especialmente no adolescente), no processo de constituição de sua personalidade. O que se critica é o autoritarismo, que é a negação da verdadeira autoridade, pois se baseia na coisificação, na domesticação do outro (p. 248).

Obedecer às regras não significa submissão ou servilismo. O sentido da obediência para a criança ou adolescente terá valor quando aprenderem que viver em sociedade significa construir regras e que disciplina é sinônimo de autocontrole (ANTUNES, 2005).

O problema da indisciplina está ligado a uma série de outras questões e não devemos esquecer que a disciplina é apenas mais um aspecto da educação escolar.

Convém lembrar que um aluno indisciplinado em uma disciplina, enquanto em outras não. Assim, sua indisciplina surge ou se acentua em determinados momentos (AQUINO, 1998).

Para Aquino (1998), dentro da sala de aula o professor é o guia dos alunos levando-os a viagem do conhecimento, redescobrimo com eles o caminho a ser percorrido. Ao recontar as histórias das descobertas humanas, o professor pede aos alunos imaginação e inquietude.

Em alguns casos, o aluno espera que o professor tenha o desempenho de um *showman*: fantasias, músicas (ZAGURY, 2006). Mas, nem todos os assuntos tratados em uma disciplina podem ser “fantasiados”, alguns exigem a leitura e a interpretação de um texto, a resolução de cálculos e aí então, o professor é “chato” e está pedindo por uma “bagunça” dentro de sala.

Ora, na formação destes cidadãos tem-se que mostrar que o mundo apresentará vários desafios a serem vencidos. Haverá dispensas de emprego, dias monótonos em uma fábrica, preenchimento de incontáveis formulários em um escritório.

Conforme afirma Garcia (1999), a atuação da direção da escola é importante para dar suporte e encorajamento, tanto a professores como a alunos. “Como em todas as outras relações sociais e institucionais, na relação pedagógica existe um contrato implícito – um conjunto de regras funcionais – que precisa ser conhecido e respeitado para que a ação possa se concretizar a contento” (AQUINO, 1998, p. 27).

Este contrato pedagógico encerraria pressupostos que norteariam alunos e professores em questões tanto disciplinares quanto avaliativas.

Garcia (1999) avalia que as escolas necessitam desenvolver uma diretriz disciplinar alicerçada em seu projeto político pedagógico. Nesta diretriz competiria o desenvolvimento de regras e procedimentos disciplinares. Mas, a legitimação desta diretriz só poderia ocorrer desde que tais regras e procedimentos seriam construídos com a participação dos estudantes e de toda a comunidade escolar.

A participação dos alunos é um elemento importante, pois favorece o sentimento de pertença e implicam o exercício de algum grau de poder sobre as disposições coletivas, bases na criação de um senso de responsabilidade comum e um elemento de motivação (D’ANTOLA apud GARCIA, 1999, p. 105).

Para Nunes (2006), a escola e os professores, na medida em que cumprem os seus papéis, têm uma tarefa importante na transformação e mudança dos alunos de modo que, nem escola e nem professores, permaneçam indiferentes perante a situação de indisciplina dos alunos. Algo deve ser feito pela escola e pelos professores para contornarem a situação: a escola deve, sobretudo, criar condições materiais, humanas e ambientais no sentido de proporcionar um clima de convivência agradável entre os alunos.

Vários dispositivos legais são criados para fazer funcionar regras e leis como garantia de uma retaguarda ao desenvolvimento da criança. No entanto, a escola não está conseguindo dar conta dessa atribuição como deveria, afirma Di Santo (2007). Continuando, reflete: "e isso está causando um mal estar nos professores que se sentem impotentes frente a estas demandas; têm que preparar o aluno para a vida fornecer-lhe as ferramentas e conhecimentos com que poderá atuar para conduzir a civilização". Nesse sentido, "considero ser bem vindo algum grau ou tipo de vigilância nas relações educativas a serem estabelecidas com as novas gerações (RATTO, p. 254, 2007)". Paralelamente a essa afirmação, Ratto coloca que seria ideal se a criança internalizasse esse olhar vigilante dentro de si, tornando-se seu próprio vigia.

"Qual disciplina estamos efetivamente buscando?" Pergunta Antunes (2005). Essa resposta necessita passar por uma desconstrução da idéia geral para a análise de situações específicas:

Quando os professores de uma unidade escolar sentam-se com seus alunos e desconstroem e sabem reconstruir a plenitude da significação e dos tipos de disciplina, não apenas a aula corre mais facilmente e a aprendizagem se concretiza de maneira mais saborosa como estudantes e mestres descobrem que, reconhecendo a disciplina como ferramenta essencial às relações interpessoais, aprendem autonomia, exercitam a firmeza e conseguem, com mais dignidade, construir o caráter (ANTUNES, 2005).

Para Freire (1989), a disciplina envolve autodisciplina. Cabe a cada indivíduo a busca pela autodisciplina. A indisciplina é a falta de regras, ou a desobediência às regras sem justificativa.

Foucault (apud GUIRADO, 1996) diferencia a disciplina por esses conceitos: a disciplina é um tipo de organização do espaço e um controle do tempo; a vigilância é um dos seus principais instrumentos de controle e por fim, a disciplina implica um registro contínuo de conhecimento.

Para Ratto (2007), a complexidade das situações disciplinares enfrentadas nas escolas é incalculável e permite abundante e variado leque de leituras e problematizações. Os conflitos nas relações sociais e pedagógicas apresentam dificuldades, mas também possibilidades de aprendizado, questionamento e mudança. Assim, “a questão norteadora seria pensar constantemente em que medida as práticas disciplinares da escola estão viabilizando nossos cultivados compromissos em torno da formação crítica e autônoma das novas gerações” (RATTO, 2007, p. 258).

Em vista de todos estes conceitos cabe ao professor atuar como mediador entre o mundo e o aluno inserido no espaço escolar e, conseqüentemente, no mundo.

Ao ingressar na escola, o aluno deve ter pleno conhecimento das regras que regem a escola. Já à escola cabe levar o aluno a um tipo de disciplina de transformação que o levará à apreensão de saberes. Saberes estes que formarão um cidadão comprometido com o bem estar da coletividade.

O professor reflexivo e as situações de indisciplina

Diante de tantos obstáculos que se colocam entre professores e educação, alguns se mostram descrentes que as situações de indisciplina, e até de violência, possam ter solução. Aferrados aos seus conceitos de educação e comportamento dentro da sala de aula, recusam a repensar sua prática. Alguns professores alegam que o interesse por *videogames*, televisão e toda sorte de entretenimento afasta os alunos das salas de aula.

Num sistema educacional em que os professores sentem-se oprimidos e na defensiva, onde suas necessidades individuais e autonomia coletiva não são privilegiadas é de se admirar que professores ainda queiram continuar dentro de uma sala de aula (MOREIRA, 1997).

Que fique claro que na escola “o trabalho é árduo e complexo, mas pode ser prazeroso” (AQUINO, 1998, p. 28).

Para Aquino (1998), a situação se mostra contraditória quando profissionais da educação tomam para si o sucesso escolar e deixam para outras instâncias o fracasso.

Paralelamente, outros professores percebem a necessidade urgente que se faz presente em mudar a situação da educação para que realmente seja acessível à todos. A recusa em aceitar a situação tal como se mostra hoje, leva-os a procurarem alternativas para a mudança desse paradigma educacional.

A questão é saber como, pois para Ramos e Gonçalves (1996, p. 125) resgatar as ações das práticas educativas é um meio de conseguir a melhoria dos próprios desempenhos. Esse resgate seria feito por meio do processo da escrita, a autobiografia, como um instrumento e método de reflexão sobre as experiências vividas.

Perrenoud (2000) enfatiza que a prática reflexiva e a profissionalização, entre outras competências, seriam bem-vindas para a formação inicial e contínua do professor.

Alarcão (2002) define como professor reflexivo àquele que

é comprometido com a profissão e se sente autônomo, capaz de tomar opiniões. Aquele que atende aos contextos em que trabalha, os interpreta e adapta a própria atuação a eles.

Já Perrenoud (2002) alega que a profissionalização do professor é um processo a ser desenvolvido em longo prazo e que esse processo tem que ser aspirado por todos os participantes da comunidade escolar para que possa alcançar o resultado desejado.

Sendo que o resultado será sempre um processo em construção. Não haverá um fim.

Apoiamo-nos nas palavras de Nóvoa (2001): “concluir o magistério ou a licenciatura é apenas uma das etapas do longo processo de capacitação que não pode ser interrompido enquanto houver jovens querendo aprender”.

Assim, a todo tempo o professor precisa estar ciente da constante revisão de suas práticas e dos seus conceitos em educação.

Neste aspecto, Perrenoud (2002) defende a profissionalização do ofício do professor em que este não só domina os saberes a serem ensinados como também tem o domínio teórico e prático dos processos de ensino de aprendizagem.

Teoricamente, profissional é aquele que reúne as competências de elaborar e executar conceitos: identificar, apresentar, imaginar e aplicar uma solução ao problema, garantindo o seu acompanhamento (PERRENOUD, 2002, p. 11).

Considerando o conceito acima, o profissional professor será aquele que deverá assumir a responsabilidade e a autonomia para o exercício do seu ofício, com todos os riscos e limitações impostas pelo trabalho.

Após as reflexões apresentadas por Alarcão (2002) e Perrenoud (2001), pode-se afirmar que o professor reflexivo assume o controle de sua prática por meio da observação da

sua própria prática. O professor reflexivo o faz em sua e sobre a sua ação de modo quase constante.

É fato que a escola atual vive uma profunda crise. E que a formação dos professores não os contemplou com competências teóricas ou práticas específicas para a vivência de situações de indisciplina e, até mesmo, de violência.

Mas, a partir dos conceitos de professor reflexivo e da profissionalização do ofício do professor é possível “repensar posicionamentos, rever algumas supostas verdades” (AQUINO, 1998, p.21).

O ofício do professor apresenta-se como um palco privilegiado de aprendizagem e investigação e a sala de aula é sempre um laboratório pedagógico (AQUINO, 1998).

Cabe aos professores, como mediadores do processo de aprendizagem, reinventar a sua prática a partir da sua própria ação, para que possam interagir e gerenciar os conflitos do ambiente escolar.

Perrenoud (2000) destaca que as competências de análise, descentralização, comunicação e negociação são muito bem-vindas em situações que envolvam indisciplina e violência. O professor não deve se isolar e deixar de refletir sobre os dilemas da sociedade que o cerca.

As causas da indisciplina na visão dos professores

O levantamento dos dados da pesquisa qualitativa foi realizado a partir de um questionário de 19 questões abertas. Para este relato destacaram-se as questões em que o professor enumerava uma lista de situações consideradas como de indisciplina dentro da escola e as causas do acontecimento destas situações dentro do espaço escolar.

É interessante observar que as situações mais citadas são: agressão verbal (86,4%), agressão física (72,7%), uso de drogas (29,6%), vandalismo (27,3%) e porte de arma (11,4%) e que a maioria dos professores não vivenciaram pessoalmente nenhuma das situações, com exceção da agressão verbal a que todos os professores já presenciaram ou vivenciaram. Nestes episódios houveram troca de palavras ásperas e desrespeitosas entre alunos e professores, entre alunos e alunos e entre alunos e funcionários da escola. No caso do vandalismo, três professores afirmaram que tiveram os seus carros depredados por alunos e somente um

vivenciou uma situação em que o aluno apresentava-se visivelmente alterado por algum tipo de droga, lícita ou ilícita.

Quanto às causas apontadas para estas situações foram organizadas em dois grupos: as causas sociais, como estrutura familiar e situação financeira e as causas estruturais, como organização da escola e políticas públicas para a educação. Assim, os professores apontaram como a maior causa para o problema da indisciplina na escola a social (88,6%), enfatizando a falta de estrutura familiar em que os responsáveis não impõem limites às crianças e adolescentes. Afirmaram, ainda, que essa permissividade deve-se a necessidades econômicas em que pai e mãe trabalham e deixam seus filhos sozinhos, adquirindo “na rua” a educação que deveriam receber dos pais.

Considerações Finais

É possível perceber, a partir destes resultados preliminares, que os professores acreditam que a indisciplina é ocasionada por problemas alheios à escola e se isentam das conseqüências que elas trazem para a educação. Apontar causas para a indisciplina necessita de estudos profundos e contínuos para que mais respostas surjam.

Observa-se que, apesar de muitos professores referirem-se cotidianamente as situações de indisciplina, esta não é uma constante.

De qualquer forma, o que se faz necessário e possível neste momento é fazer com que professores revejam a sua prática e perceba o quanto ela pode interferir de modo positivo nestas situações disciplinares.

A indisciplina no espaço escolar é uma excelente oportunidade para o professor repensar a sua prática e pôr de lado convicções que se mostram ultrapassadas.

É visto que a formação dada ao professor dentro da academia é insuficiente em inúmeros aspectos e torna-se mais evidente quanto às relações no espaço escolar.

As mudanças ocorridas na vida pós-moderna alcançaram a escola e não se podem ignorar todas as conseqüências dessas mudanças.

Cabe ao professor, como mediador do conhecimento, utilizar o espaço privilegiado da escola para a construção da cidadania, baseada em princípios de igualdade, tolerância e convivência.

A escola apresenta-se como o caminho para a introdução das novas gerações no mundo do conhecimento e tradições deixado pelas antigas gerações (Aquino, 1998).

É possível perceber alguns caminhos que devem ser seguidos para, senão a solução, a diminuição de situações de indisciplina.

A comunidade escolar (pais, alunos, professores) deve estar ciente que a indisciplina deve ser tratada como um fenômeno isolado e localizado. Assim, provavelmente para a resolução destes conflitos cada caso deve ser analisado e tratado como único.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. Refletir na Prática. **Revista Nova Escola**. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/edicoes/0154/aberto/mt_243614.shtml>. Acesso em 27 set. 2008.

ANTUNES, Celso. **Qual disciplina deseja quem reclama da indisciplina?** Disponível em: <http://www.educacional.com.br/articulistas/celso_bd.asp?codtexto=613>. Acesso em: 30 jul. 2007.

ANTUNES, Celso. **Professor bonzinho = aluno difícil. Disciplina e indisciplina em sala de aula**. Fascículo 10; Na Sala de Aula. Vozes: 2002.

ANTUNES, Celso. **A linguagem do afeto: como ensinar e transmitir valores**. Campinas – SP: Editora Papyrus, 2005.

AQUINO, Júlio Groppa. A violência escolar e a crise da autoridade docente. **Cadernos Cedes**, v. 19, nº 47. Campinas, dezembro/1998.

BRASIL, *ECA – Estatuto do adolescente e da criança*. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL, LDB – **Lei das diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica**. INEP, 2001.

DI SANTO, Joana Maria Rodrigues. **Disciplina na escola: tarefa e construção desafiadoras**. Monografia apresentada ao Lepsi, da Universidade de São Paulo, como trabalho de conclusão do curso "Infância, Psicanálise e Educação. Disponível em: <<http://www.centrorefeducacional.com.br/monojoana2.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2007.

FERREIRA, Aurélio B.H. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1994.

FREIRE, P. et al. **Disciplina na escola: autoridade versus autoritarismo**. São Paulo: EPU, 1989.

GARCIA, Joe. Indisciplina na Escola: uma reflexão sobre a dimensão preventiva. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: nº 95, jan./abr. 1999, p. 101-108.

GUIRADO, Marlene. Poder Indisciplina: os surpreendentes rumos da relação de poder. In: AQUINO, Julio Groppa (org.) **Indisciplina na escola**. Alternativas teóricas e práticas. 13ª edição. São Paulo: Summus editorial, 1996.

MARRIEL, Lucimar C. et al. Violência escolar e auto-estima de adolescentes. São Paulo: **Caderno de Pesquisa**, v. 36, nº127, jan/abr, 2006.

NUNES, Alberto. **Indisciplina na sala de aula – Uma reflexão a partir da realidade**. 09 de Maio de 200. Disponível em: <http://www.asemana.cv/article-imprim.php3?id_article=17387>. Acesso em: 27 jul 2007.

PISA - Programa Internacional de Alunos. Disponível em: <www.inep.gov.br/download/internacional/pisa/PISA2000.pdf>.

RISTUM, Marilena; BASTOS, Ana Cecília de Sousa. Violência urbana: uma análise dos conceitos de professores do ensino fundamental. Rio de Janeiro: **Revista Ciência e Saúde**, v.9, nº1, 2004.

LA TAILLE, Yves. A indisciplina e o sentimento de vergonha. In: AQUINO, Julio Groppa (org.) **Indisciplina na escola**. Alternativas teóricas e práticas. 13ª edição. São Paulo: Summus editorial, 1996.

MOREIRA, Herivelto. A investigação da motivação do professor: a dimensão esquecida. **Revista Educação e Tecnologia**. Curitiba: v. 1, n. 1, p. 88-96, jul., 1997.

NOVAIS, Elaine Lopes. É possível ter autoridade em sala de aula sem ser autoritário? **Linguagem & Ensino**, Vol. 7, No. 1, 2004 (15-51).

NÓVOA, Antonio. **Professor se forma na escola**. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/edicoes/0142/aberto/mt_247181.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2008.

PERRENOUD, Philippe. **Dez Novas Incompetências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

PERRENOUD, Philippe et al. **Formando Professores Profissionais: Quais estratégias?Quais competências**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

PERRENOUD, Philippe. **A Prática Reflexiva no Ofício de Professor: Profissionalização e Razão Pedagógica**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

RATTO, Ana Lúcia Silva. **Livros de Ocorrência. (In) disciplina, Normalização e Subjetivação.** São Paulo: Cortez, 2007.

RAMOS, Maria Antonia et al. As narrativas autobiográficas do professor como estratégia de desenvolvimento e a prática de supervisão. In: ALARCÃO, Isabel (org.). **Formação Reflexiva de Professores: estratégias de supervisão.** Porto: Porto Editora, 1996.

SCHNETZLER, Roseli Pacheco; SANTOS, Widson Luiz Pereira dos Santos. **Educação em Química. Compromisso com a cidadania.** 3ª edição. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Os desafios da indisciplina na sala de aula.** Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_28_p227-252_c.pdf>. Acesso em: 27 set. 2007.

VASCONCELLOS, C. S. **Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em Sala de Aula e na Escola.** Cadernos Pedagógicos do Libertad. 12a ed. São Paulo: Libertad, 2000.

ZAGURY, Tânia. **O professor refém.** São Paulo: Editora RCB, 2006.